



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/02/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todas e a todos.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública semipresencial desta Comissão no ano de 2021. Esta audiência pública tem como objetivo cumprir o disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios On-Line, Auditório Virtual.

Esta audiência pública está sendo publicada no Diário Oficial da Cidade desde o dia 13/02/2021 e foi publicada nos jornais: *O Estado de S. Paulo*, no dia 15/02/2021, e na *Folha de S. Paulo*, no dia 19/02/2021.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 12/02/2021, no endereço <http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual>, e permanecerão abertas até o final da fala do Sr. Secretário Municipal da Fazenda.

Presentes os Vereadores Fabio Riva, Isac Felix, Sydnei Cruz.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Guilherme Bueno de Carvalho, Secretário Municipal da Fazenda, que está virtualmente presente; João Antonio da Silva, Presidente do Tribunal de Contas, que indicou como representante o Sr. Marcos Thulyo Tavares.

Sr. Marcos está presente?

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem outro colega representante, é isso?

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Isso. Tem o colega Gustavo, que trabalha comigo. Ele está apenas como ouvinte.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Bem-vindo a todas e todos.

Passemos, então, imediatamente, para a exposição do Sr. Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – Bom dia, Sr. Presidente, Vereador Jair Tatto.

Cumprimento também os Excelentíssimos Vereadores membros desta Comissão de Finanças. Aproveito para cumprimentá-los pela eleição para este mandato e desejo a todos muito sucesso nesta legislatura, que seja um mandato muito profícuo para a cidade de São Paulo.

Como o Sr. Presidente já havia dito, vamos cumprir a disposição da LRF apresentando a V.Exas. os resultados do terceiro quadrimestre que, obviamente, coincidem com o final do exercício de 2020.

Antes de começar com os dados, cabe uma pequena introdução já que estamos tratando provavelmente de um dos anos mais atípicos das últimas décadas, com toda a certeza, não só para a cidade de São Paulo, mas também para todo o País e para todo o mundo por conta desta pandemia e dos efeitos que ela causou não só na sociedade, na economia, mas especialmente nas finanças da cidade de São Paulo.

No início da pandemia, no mês de março ou até a metade do ano, tivemos um cenário e, no segundo semestre, tivemos um cenário diferente. Vou tentar entrar um pouco nisso que é importante para entendermos o comportamento das contas do Município. Mas só fazendo uma brevíssima introdução, tínhamos um cenário, no primeiro semestre, muito ruim, muito perturbador de queda brutal da arrecadação, queda brutal do emprego, impressões de despesas extraordinárias com Saúde, com Assistência Social, previsão de queda do Produto Interno Bruto que chegou a 9% em algumas expectativas.

A partir de junho, julho, quando as atividades econômicas começaram a voltar, tivemos uma redução muito rápida e rigorosa na cidade de São Paulo. Além de tudo, tivemos auxílio Federal em um montante bastante relevante – vamos falar disso daqui a pouco – que acabou fazendo com que a Prefeitura de São Paulo pudesse atravessar esse ano de 2020 com saúde fiscal, muito embora não possamos esquecer que o primeiro semestre foi muito

assustador e que as previsões eram péssimas.

Vou iniciar a apresentação. Só um instante, por favor.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – O objetivo aqui, então, é o cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, como já dito. E eu vou começar falando das despesas.

Eu vou apresentando os quadros e fazendo apenas algumas observações sobre o que entendo mais relevante e, obviamente, depois da apresentação eu estou à disposição para tentar responder as perguntas dos Srs. Vereadores e dos interessados. E se houver alguma pergunta que eu não consiga responder de pronto, em comprometo a responder depois e entregar ao Sr. Presidente.

Vamos começar com as receitas da Cidade no ano de 2020. A primeira questão é que nas Receitas Correntes nós tivemos uma variação nominal de 8,6% quando comparado ao ano de 2019. A primeira coisa que temos a fazer aqui é descontar a inflação com a inflação de 4,52%...

O SR. FABIO RIVA – Secretário, pela ordem. É que a apresentação não está sendo transmitida. V.Exa. já está falando em Receitas, mas aqui ainda continua a tela inicial da gestão fiscal só acumulada no 3^a quadrimestre. Então, eu acho que seria importante, acho, reiniciar para que todos possam acompanhar, aqui, *on-line* a fala e a projeção.

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – Os senhores me perdoem, porque na tela já está aparecendo...

O SR. FABIO RIVA – Agora já alterou para Receita Consolidada.

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – Muito bem. Eu vou...

O SR. FABIO RIVA – Secretário, se o senhor puder abrir a tela cheia, porque para nós aqui ela ainda está naquela tela do *power point*.

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – Eu abri em tela cheia. O que está acontecendo, Vereador, é que parece que as respostas estão chegando muito tarde aí. Eu acho que se elas fossem a pé, chegariam mais rápido, viu.

Mas eu já estou com a tela cheia aqui.

O SR. FABIO RIVA – Está bom. Vamos seguindo assim. Se conseguir fazer, mudando os *slides*, aí dá para acompanhar, sim.

A SRA. MÁRCIA – Desculpe-me, Secretário. Só mais uma coisa. Vereador Fabio Riva, nós enviamos esta apresentação no grupo da Comissão de Finanças e Orçamento.

O SR. FABIO RIVA – Sim, sim. Nós temos ela aqui também. Mas é mais para o público que está assistindo e que...

A SRA. MÁRCIA – Pelo Teams aparece.

O SR. FABIO RIVA – Ah, está bom. Agora apareceu aqui. Vamos embora.

A SRA. MÁRCIA – Desculpe, Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – Eu tentei mudar aqui, um pouco, e acho que agora vai ficar um pouco mais rápido.

Então, sobre a Receita Consolidada. Nós tivemos, nas Receitas Correntes Totais, esse incremento de 8,6%, mas em valores nominais, o que em valores reais acaba ficando próximo de 4%. Porém, quando olhamos aqui nas Receitas Recorrentes, que são aquelas que se repetem anualmente, tivemos um aumento nominal de 1,9 e, descontada a inflação de 4,52%, nós, na verdade, nas Receitas Recorrentes, que são aquelas receitas, como eu disse, que se repetem, que são as receitas dos impostos, de algumas transferências constitucionais, nós tivemos, na verdade, um decréscimo real, porque a inflação foi maior que 1,9%. E aqui na Receita Não Recorrente vemos a explicação do que eu havia falado, no início, que foram Receitas Extraordinárias no ano de 2020 e que acabaram fazendo com que a situação do Município acabasse ficando mais tranquila.

Então, nesses 4 bilhões 659, que foram Receitas Não Recorrentes, ou seja, extraordinárias, temos aqui a destacar: 930 milhões foi o contrato feito com o Banco do Brasil

para a operação da folha de pagamentos aqui, dos servidores da Prefeitura. Além de tudo, nós tivemos auxílios do Governo Federal, também por conta da Covid, da Emenda 173, outros repasses para a Saúde, na ordem de 2,2 bilhões. Tivemos um saldo de PPI, que já está em decréscimo, porque o último PPI foi em 2017, de 717 milhões, e também uma receita relevante de desestatização na ordem de mais de 700 milhões, e boa parte desse recurso veio da concessão da Zona Azul. Ou seja, essas receitas extraordinárias, que lamentavelmente não devem se repetir no ano de 2021, foram as responsáveis pela situação financeira do Município. Mas se não tivéssemos tido essas receitas extraordinárias provavelmente a Prefeitura estaria em uma situação financeira bem mais complicada.

Aqui só uma observação. A Receita de Capital que tem um decréscimo de 31,4, basicamente ela ocorreu por conta de um ingresso em 2019. Os senhores podem olhar aqui que em 2019 nós tivemos 4,4 bilhões e que foi um ingresso que ocorreu no fim do ano da Operação Faria Lima de 1,5 bilhão aproximadamente, e que entrou no final do ano e que, na verdade, seria um valor para 2020. Então, por isso essa distorção. Se descontar, jogar 1,5 bilhão para 2020 e descontar de 2019, os senhores vão ver que ficará, mais ou menos, estável.

Então, é isso. Quando descontada a inflação, nas Receitas Totais nós tivemos um aumento de 2%, mas, como eu disse, um aumento, diria, artificial por conta dos ingressos extraordinários que tivemos em 2020 e que, graças a Deus, por conta deles, conseguimos sobreviver.

Na próxima tela, entramos aqui em um maior detalhamento das Receitas Correntes. E, aí, nas Receitas Correntes nós vemos que os nossos impostos, taxas e contribuições de melhoria, que são realmente as receitas que constitucionalmente são de competência municipal, tiveram um acréscimo de 4,6, também em valores nominais. Se colocarmos isso, já descontada a inflação, vamos ver que cresceram zero, o que é um resultado excepcional, considerando a situação em que o país viveu por conta da pandemia.

Aí, mais uma vez, na linha de Receita Patrimonial, nós temos um acréscimo de 104% e, mais uma vez, aqui temos que citar a cessão da Folha de Pagamentos para o Banco do Brasil, que foram 930 milhões, e as outorgas das concessões, especialmente da Zona Azul.

Na linha de Receita de Transferências, aqui também é importante mencionar que esse aumento de 15,2%, também nominal, decorre basicamente dessas transferências voluntárias que foram feitas por causa da Covid, especialmente do Governo Federal.

E aqui também, só para esclarecer, nas outras receitas correntes essa redução de 26%, em boa medida decorre da redução das multas de trânsito. As multas de trânsito já vinham reduzindo anualmente, os senhores podem perceber que de 2018 para 2019 já houve um decréscimo. Mas em 2020, por causa da disposição do Denatran de suspender as multas e também da redução do tráfego de veículos na Cidade, tivemos uma redução da arrecadação por multas de aproximadamente 600 milhões. Então essa é a razão desse resultado negativo tão significativo.

Aqui passamos para as receitas tributárias ou as de origem tributária. Ou seja, são aquelas que a Prefeitura tem competência constitucional para cobrar e os repasses constitucionais que são devidos ao Estado. E aí incluímos o Imposto de Renda retido na fonte feito pela Prefeitura; o Fundo de Participação do Município; o repasse da cota parte do ICMS e a parcela do IPVA a que o Município faz jus.

E aí vemos que, em 2020, tivemos nesses tributos todos um aumento de 3,3% nominal, mas mais uma vez descontada a inflação de 2020, temos na verdade um decréscimo de aproximadamente 1,2% na arrecadação do Município. Isso só reforça que financeiramente a Prefeitura acabou tendo uma situação favorável por causa das receitas extraordinárias que entraram.

Aqui, o próximo gráfico mostra um pouco essa mudança de expectativa que nós tivemos do primeiro semestre para o segundo semestre. Os senhores vejam que esse aqui é o gráfico de expectativa de crescimento do PIB feito pela Focus, que é um relatório semanal. Vejam que quando inicia a pandemia as expectativas de crescimento para o Brasil caem

bruscamente até chegar ao meio do ano, quando havia a expectativa de uma redução do PIB de mais de 6%. E chega no final do ano com queda de 4,37, ou seja, um cenário muito ruim, mas ainda muito melhor do que era previsto no meio da pandemia.

Porém, aqui cabe uma informação importante e isso explica os dados que vamos mostrar daqui a pouco. O Estado de São Paulo e certamente o Município ainda em maior medida teve um resultado muito superior e muito melhor, a nossa recuperação no Estado de São Paulo foi muito mais inclinada, uma recuperação em “V” como se diz. Então se pudéssemos voltar aqui à situação de São Paulo, estaríamos num crescimento econômico de 0,3%. Os senhores imaginem aqui o gráfico do Estado de São Paulo partindo dessa previsão muito negativa no meio do ano, para um crescimento final de 0,3%. A cidade de São Paulo, não temos ainda essa informação, mas provavelmente teve um desempenho ainda superior a esse.

Esse próximo gráfico mostra o descolamento do crescimento do Estado de São Paulo em comparação com o Brasil. Esse gráfico amarelinho aqui mais baixo é o crescimento acumulado do PIB do país e esse azul em cima é o Estado de São Paulo. Então, desde janeiro de 2019, pelo menos nesse gráfico, isso já deve vir de antes, o crescimento do Estado de São Paulo é sempre superior ao crescimento do país. E obviamente o Município de São Paulo, provavelmente em maior medida do que essa, ainda é maior do que o crescimento do Estado de São Paulo. Isso explica a recuperação bem mais rápida que a cidade de São Paulo teve no segundo semestre de 2020, o que explica a recuperação na arrecadação que veio a partir de agosto e até dezembro.

Aqui um detalhamento das receitas de capital, algumas observações que também são relevantes, este aumento de 75% do valor das operações de crédito, o que representa aqui esse aumento de 2019 para 2020, de 291 milhões para 510 milhões, basicamente decorre de duas linhas de crédito que foram tomadas. A primeira é uma linha de crédito junto ao BID para investimentos em Saúde, começou a ser executada em 2020. E a segunda são operações de crédito para renovação, asfalto novo, renovação do pavimento asfáltico da Cidade. Essa é a

razão desse aumento.

Mais abaixo, aqui nas outras receitas de capital que neste quadro, inclusive, inclui os depósitos judiciais, tivemos aqui uma redução de 53,9%. E isso é explicado em grande medida, mais uma vez, por causa daquela entrada de Cepacs da Operação Urbana Faria Lima, que entrou no finalzinho de 2019, era para ter entrado em 2020, e acabou distorcendo um pouco os dados, enfim, por isso essa variação negativa.

Feito esse traçado das receitas, vou aqui traçar um rápido cenário também das despesas da Prefeitura no ano de 2020. Aqui vemos que as receitas tiveram um crescimento de 9,7%, ou seja, muito superior às receitas, mesmo com as receitas extraordinárias recebidas tanto do Governo Federal como das outorgas e da venda, o contrato com o Banco do Brasil, tivemos um aumento bem superior ainda nas despesas. E boa parte disso está explicado com os aumentos, com as pressões feitas em relação à pandemia, a Covid.

Há um aumento brutal das despesas de saúde, de quase 2 bilhões, aproximadamente 1,7 bilhões de reais de aumento de despesas com saúde. Houve um aumento brutal também das despesas com assistência social, com alimentação, enfim, todo o apoio social para os mais desvalidos.

Outro fator importante foi o aumento do subsídio de transporte, já que a Prefeitura teve que manter uma frota em operação para evitar que os ônibus ficassem muito cheios e, ao mesmo tempo, houve uma queda brutal do número de passageiros por conta da pandemia. Com isso, o subsídio tarifário teve que ser aumentado e, obviamente, gerou essa pressão, explicando o aumento acima do patamar normal das despesas correntes da Prefeitura.

Detalhando um pouco mais, entramos nas despesas empenhadas. Uma delas são as despesas com pessoal e encargos. Uma observação: estamos vendo aqui um aumento grande em 2019 de 9,2% em razão do aumento da contribuição patronal, estabelecida pela reforma previdenciária municipal. Se considerarmos só essa despesa, tivemos um aumento de 23% dos gastos com a contribuição patronal, com o Iprem.

Então, essa é a razão dessa distorção. Mas em 2020 chegamos a um patamar

razoavelmente equilibrado, com o crescimento da folha e dos inativos. Os inativos cresceram 5,9% e os ativos, 4,7%. Se contar a inflação, é praticamente zerado.

Outra observação importante: os juros e encargos da dívida tiveram um decréscimo significativo de 72%, basicamente em razão do não pagamento da dívida da União, por conta da legislação federal, a Emenda 179, a Prefeitura deixou de pagar os juros e amortização da dívida com a União. Essa é a razão dessa redução brutal do pagamento de juros e encargos.

Para esclarecer, a Prefeitura volta a pagar normalmente em 2021 os valores; e, a partir de 2022, haverá um parcelamento desses valores que deixaram de ser pagos desde abril de 2020.

Essas são as despesas de capital empenhadas. É importante notar que nós tivemos um aumento de 28,6% para o investimento total de 4,578 bilhões. Nominalmente, esse é o maior valor de investimento da história da Prefeitura; e, em valores reais, ele é mais baixo do que no período da gestão anterior. Porém, uma informação importante, praticamente não há dinheiro federal nesse investimento: ao contrário de anos anteriores, em que tínhamos o apoio mais forte do Governo Federal, especialmente por meio do PAC; neste ano de 2020, esses são recursos praticamente da Prefeitura. Então, em termos históricos de investimento da Prefeitura, certamente é o maior da história.

Mais à frente, vou apresentar aos senhores alguns grandes números desses investimentos. Infraestrutura urbana, dividindo obviamente em vários projetos e itens: 1,529 bilhão; habitação, que inclui construção de habitações, sistema de drenagens, urbanização, regularização fundiária, execução de programa de mananciais, urbanização de favelas, etc, tivemos mais de 1 bilhão em investimentos. Em educação: aquisição de equipamentos, construção de CEUs, de EMEFs, de CEIs, foram quase 300 milhões. Em mobilidade, 447 milhões com construção de ciclovias e outros projetos de mobilidade, serviço de engenharia de tráfego, etc. Na área da saúde, por conta do investimento que foi feito pelo BID, tivemos um investimento de 410 milhões com construção de hospitais, manutenção e reforma de UBSs, reforma e qualificação de outros hospitais já em operação, etc.

Mais uma vez observando, essa queda brutal na amortização da dívida se deve ao não pagamento, da suspensão do pagamento da dívida da União, por força da Emenda Constitucional 173.

O próximo quadro é sobre restos a pagar. Acreditamos que, em função da pandemia e das dificuldades operacionais que a pandemia trouxe, houve um aumento do saldo de restos a pagar no dia 31/12; e, este ano, houve um valor bastante alto, bem atípico, de 5,8 bilhões, que estão sendo quitados. Ainda não terminou o prazo de quitação desses restos a pagar, mas de fato foi um valor acima e entendemos que isso tenha sido em decorrência da pandemia e das dificuldades de execução orçamentária que as pastas tiveram.

Passemos então para os resultados, os índices e as metas da Prefeitura. No primeiro quadro, o resultado orçamentário consolidado. Nós tivemos um resultado final de um bilhão, 746 milhões.

Mas volto a dizer: nós tivemos, de auxílio federais por conta da Covid, Emenda 173, e outros auxílios, repasses do Governo Federal, na ordem de 2,2 bilhões. A suspensão do pagamento da dívida também teve um impacto importante no caixa da Prefeitura. E sem as receitas não recorrentes, que não são somente da suspensão do pagamento da dívida, enfim, dos auxílios federais, da outorga da Zona Azul, e também da venda do contrato com o Banco do Brasil, nós teríamos tido um *deficit* orçamentário no ano de 2020. Isso é importante ressaltar, porque foram essas as situações extraordinárias que nos deixaram em situação privilegiada.

Passo ao resultado primário e nominal.

A primeira observação é a seguinte: pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que estamos num estado de calamidade pública, decretada, inclusive, pela Assembleia Legislativa do Estado, a Prefeitura estava dispensada de cumprir as metas fiscais previstas na LRF. Porém, até para manter a transparência e o compromisso com a responsabilidade fiscal, a Prefeitura fez uma alteração das metas, tanto primário e nominal, no primeiro semestre do ano passado na LDO de 2021, para se adequar às expectativas que,

àquela época, como disse aos senhores, era uma expectativa muito ruim – queda brutal na arrecadação, aumento de inadimplência. Pelo menos esse foi o quadro que nos primeiros meses se formou. Por isso que essa meta fiscal anual definida pela LDO é de *deficit*, por conta dessa revisão de expectativa. Mas volto a dizer aos senhores: pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que estávamos em estado de calamidade pública, o cumprimento das metas estava até dispensado. Mas, enfim, a Prefeitura fez uma boa gestão, e, no fim das contas, tivemos um resultado bastante positivo.

O nosso resultado primário - acima da linha – foi de 5 bilhões, 636 [milhões]. E aí, quando somamos as variações ativas e descontamos as variações passivas – 575, e um milhão, 892 [mil] –, nós temos um resultado nominal de 4 bilhões, 320 milhões, que, os senhores veem, fica muito próximo das receitas extraordinárias, as quais eu já citei várias vezes, que foram na ordem de 4,6 bilhões no ano de 2020.

Sobre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a receita corrente líquida, a Prefeitura está numa situação bastante privilegiada. Num limite máximo de 60%, estamos com 34,91 efetivamente.

Do ponto de vista de garantia de valores, a Prefeitura poderia dar garantias de até 22% da receita corrente líquida. Temos, hoje, garantias de 0,18%. É um valor ínfimo.

E aqui um aspecto importante do ponto de operações de crédito: temos um limite de 16%. E, na verdade, estamos usando 0,84%. Também uma situação bastante confortável.

Aqui, um demonstrativo da dívida consolidada líquida, que vem sendo reduzida já há alguns anos, desde a negociação feita pelo Prefeito Haddad. E, a partir de então, vou mostrar daqui a pouquinho num gráfico para vocês, ela vem em tendência de queda constante. Então aqui a primeira coisa importante é que nós não tivemos uma alteração na dívida contratual, e isso por conta da própria suspensão dos pagamentos, tanto dos juros como especialmente da amortização da dívida com a União.

Tivemos uma redução do saldo de precatórios, ainda muito altos, de 15 bi, quase 15 bi e 200 [milhões], para 14 bi e 800 [milhões]. Isso se deve a um esforço que a Prefeitura

vem fazendo, nos últimos anos, para a quitação desses débitos, tanto aportando maiores recursos, mas fazendo também campanhas de acordo para o pagamento antecipado com desconto desses valores. E o resultado é que estamos conseguindo diminuir esse estoque. Então, no final das contas, nós temos um percentual de 41,77%, reduzindo, então, portanto, de dezembro de 2019 para dezembro de 2020. E aqui é o gráfico que mostra essa redução drástica, que melhorou bastante o nosso indicador. Aqui, em 2015, é a renegociação da dívida do Prefeito Haddad, que reduz para 97% em dezembro de 2016. E aí, então, um decréscimo vertiginoso nos últimos anos, para chegarmos, hoje, a 42% da receita corrente líquida.

Bom, V.Exas., essa era a minha apresentação. Muito rápida. Obviamente, bastante resumida. Mas eu fico à disposição de V.Exas. para eventuais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Secretário.

Tribunal de Contas quer se manifestar?

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Antes que o Dr. Thulyo comece a sua fala, gostaria de anunciar a presença dos Vereadores Delegado Palumbo, Marcelo Messias – presencial –, Fernando Holiday – virtual. Eu vejo o Presidente da Comissão de Justiça também participando, o Vereador Carlos Bezerra. Também as Vereadoras Juliana Cardoso e Erika Hilton. Bem-vindos, Srs. Vereadores, a esta audiência.

Tem a palavra o Dr. Thulyo.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Obrigado. Muito bom dia a todos, cumprimento o Presidente desta Comissão, os Vereadores que nos acompanham, Secretário da Fazenda e os munícipes da audiência.

Primeiramente, eu gostaria de mencionar que as análises das contas do exercício fechado de 2020, estão em processo de elaboração por parte da equipe técnica do Tribunal, inclusive quanto aos exames referentes à gestão orçamentária e financeira, gestão fiscal, demonstrações contábeis e análises de temas específicos que sempre abordamos nos nossos trabalhos, como dívida ativa, precatórios, depósitos judiciais, entre outros.

Essas análises estarão no Relatório Anual de Fiscalização que subsidiará o parecer prévio das contas do Prefeito e isso ocorrerá após a entrega dos balanços pela Prefeitura que está prevista para 31 de março do corrente ano.

Com relação aos resultados primário e nominal, nós temos os seguintes destaques a fazer neste momento: como bem ressaltou o Secretário em sua fala, em decorrência do estado de calamidade pública, devido à pandemia, e por força do artigo 65 da LRF, estava dispensado pelo cumprimento dos resultados fiscais, bem como a limitação de empenho, prevista do art. 9ª da própria LRF para o exercício de 2020.

A despeito disso e visando, também, manter uma postura conservadora pelo Tribunal de Contas, nós realizamos, ao longo de todo exercício de 2020, os acompanhamentos bimestrais e quadrimestrais, ainda que eles não gerem alertas para que o Tribunal esteja atento às consequências fiscais e as possíveis situações que a Prefeitura poderá estar sujeita em função das decisões tomadas durante esse período de pandemia e de calamidade pública.

Então, mesmo em um ano marcado pela pandemia do coronavírus, os resultados fiscais do Município foram muito fortes. O resultado primário do Município atingiu 5,6 milhões de reais, enquanto o resultado nominal 4,3 bi.

Cabe ressaltar, também, a diferença entre as metas revisadas e os resultados alcançados. Sendo o resultado primário de 5,6 bi, isso se deu frente a uma meta revisada de 6,7 bi negativos, ou seja, uma diferença de 12 bi; e o resultado nominal de 4,3 bi foi frente a uma meta revisada para o resultado nominal de 9,9 bi negativos, ou seja, uma diferença de 14,2 bilhões. Então, apesar desse ano marcado pelas incertezas pela pandemia, resta demonstrada a falta de razoabilidade nessa fixação e revisão das metas fiscais.

O forte resultado primário do exercício de 2020 é demonstrado pelo aumento na arrecadação das receitas primárias que foram de 3 bilhões de reais a mais do que a arrecadação das receitas primárias do ano anterior, 2019.

Do mesmo modo, o resultado nominal também veio bastante forte, na medida em que a dívida consolidada líquida, como mostrou o Secretário no gráfico, que significa, *grosso*

modo, a dívida bruta menos o caixa, teve uma redução de 29,3 bi em 2019, para 24,6 bi ao final de 2020. Só que cabe uma ressalva que é a seguinte: ao saldo da dívida bruta consolidada permaneceu estável ao longo de 2020. Ou seja, o resultado nominal de 4,3 bilhões, proveniente da redução da dívida consolidada líquida não se configurou como redução equivalente na dívida bruta, mas, sim, como o entesouramento desse resultado fiscal, uma vez que o caixa bruto do Município somou 18,1 bilhões ao final do ano. Foi um acréscimo de 4,9 bi em relação ao exercício de 2.019.

Sobre outros assuntos, em consulta à seção específica da covid-19 no Portal da Transparência da Prefeitura, foi identificada a publicação, em formato de dados abertos, da execução orçamentária da despesa associada ao enfrentamento da pandemia, de forma segregada dos demais objetos de gastos realizados pela Prefeitura.

Com isso, observa-se o cumprimento da legislação em vigor, atinente à transparência, razão pela qual foi considerada sanada pelos apontamentos que o Tribunal vinha fazendo ao longo de 2020.

As finanças do Município de São Paulo, como nós vimos, estão muito resilientes. Porém, olhando para a frente em longo prazo há um elevado grau de incerteza e riscos a respeito dessas finanças municipais. Possivelmente, a pandemia deixará sequelas para a economia municipal, de modo que surgem alguns questionamentos da nossa parte. Eu posso citar alguns exemplos:

Primeiro, como os efeitos da pandemia e a alteração do comportamento das pessoas afetarão a arrecadação do Município de 2021 e 2022; como o término do efeito das medidas anticíclicas adotadas pelo Governo Federal, tais como o Auxílio Emergencial, devem refletir no cenário econômico futuro; como o aumento da inflação e o consequente aumento da taxa de juros irá afetar o cenário econômico municipal; como o elevado nível de desemprego, se persistente, irá afetar o cenário econômico municipal; como o andamento das reformas, particularmente, a tributária irá afetar a arrecadação do Município de São Paulo?

São todos esses questionamentos que nós trazemos à tona, questionamentos

olhando para frente, não se materializaram ainda.

Por último, a menção do Tribunal é sobre a suspensão do pagamento da dívida, por força da Lei Complementar 173 de 2020. É importante termos em mente que essa suspensão não exime o pagamento futuro das obrigações e o seu reflexo negativo na administração financeira dos próximos exercícios, pois, como o próprio nome diz, ele trata apenas de uma suspensão, postergação, adiamento desse pagamento da dívida, mas ainda será devido ao longo dos próximos exercícios.

Sr. Presidente, são esses os comentários do Tribunal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Thulyo.

Agora, eu preciso organizar a nossa dinâmica. Nós temos, por enquanto, 11 inscrições. Mário e Márcia, estão me ouvindo? (Pausa) Não sei se entrou mais alguma inscrição, então eu proporia ouvir cinco munícipes e abriria para um Vereador ou uma Vereadora. Pode ser essa dinâmica?

O SR. FABIO RIVA – Pode ser, Vereador Jair. Gostaria de me inscrever, Vereador Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo, Fabio Riva, Líder do Governo.

Primeira inscrita, Nadir Francisco do Amaral.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pela ordem Vereador...?

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dr. Sidney Cruz, pela ordem.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Eu gostaria de me inscrever para fazer algumas indagações ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo, vamos ouvir os cinco munícipes, depois, então, abriremos aos Vereadores. Depois, voltaremos com outra rodada. Pode ser assim? E o Secretário, ao final, faz uma exposição, enfim, as respostas.

Nadir Francisco do Amaral. Ok, depois volto para fazer outra chamada. Humberto Pinto Merola. Precisa ver se estão conectados, ligados.

O SR. MÁRIO – Eles não estão conectados.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, eu vou chamando e depois volto a fazer outra chamada, baseado nessa dificuldade. Neide Oliveira. Renato Monteiro da Silva Junior.

A SRA. MÁRCIA – Ele está presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim? Pode abrir o microfone dele.

A SRA. MÁRCIA – Sr. Renato, o senhor mesmo tem de habilitar o seu microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não deu, depois voltaremos. Carlos Miguel Barreto Damarindo. Muito bem, depois retornaremos. Na ordem, Vereador Fabio Riva pediu a palavra. Em seguida, Vereador Dr. Sidney Cruz.

Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, muito bom dia a V.Exa. É bom revê-lo de forma virtual. Eu queria agradecer ao nosso Secretário Guilherme Bueno, aos Vereadores que estão aqui presentes, o Marcelo Messias, Sidney Cruz. Vi também que estão a Juliana, a Erika, o Bezerra, o Isac, Fernando Holiday.

Queria, Sr. Presidente, primeiro, dizer da minha alegria de estreitar na Comissão de Finanças. Eu, ao longo dos últimos quatro anos estive na Comissão de Política Urbana e para mim é uma novidade, é um aprendizado.

Então, quero, juntamente com os outros Vereadores, muito mais estar na posição de ouvinte, para que possamos aprender um pouco do que se trata as questões das finanças da Cidade.

A minha pergunta na verdade é um pouco uma preocupação que sempre tive nesta Casa. Acho que nesta comissão começamos a dirimir um pouco algumas situações que acontecem cotidianamente nesta Casa de Leis.

Primeiro, Sr. Secretário, existe um questionamento acerca das finanças da Cidade, de efetivamente qual é o caixa da Cidade. E alguns Vereadores, de forma recorrente,

apresentam e fazem esta apresentação em plenário, inclusive no painel do plenário.

Uma apresentação que mostra que a Prefeitura – e aí eu vou me reportar à última apresentação feita nesta Casa, até para justificar alguns pedidos, por conta desse momento que estamos passando, de tentar socorrer e prorrogar um auxílio emergencial; de poder ampliar cada vez mais a questão da assistência social; uma apresentação que fala que existem 18 bilhões de reais disponíveis no caixa da Prefeitura.

Então, a minha pergunta é muito mais como de uma pessoa leiga, que ouve o Sr. Secretário dizer da pressão que a pandemia fez nas contas públicas, na diminuição da arrecadação, do desemprego. Ouvi de vários Vereadores, que acabaram assumindo agora, eles ouviram, viram esta apresentação e questionaram este Vereador que vos fala, na qualidade de Líder do Governo, acerca dessas apresentações e desses valores absurdos.

Então, que o senhor pudesse fazer uma explicação muito mais didática para que as pessoas possam entender, efetivamente, o quanto nós temos de valores para o investimento. E como já disse aqui o próprio representante do Tribunal de Contas do Município, teremos o ano de 2021 e 22 sem aquelas receitas extraordinárias e voltaremos a ter o pagamento da dívida com a União e a queda de arrecadação.

Estou fazendo um desabafo como Vereador e como munícipe para entender um pouco, parece que a Prefeitura nunca apresenta as coisas que estão corretas e isso me causa uma certa estranheza.

Porque se outros Vereadores apresentam um valor totalmente distinto daquilo que é apresentado aqui na Comissão de Finanças, como fica a população da cidade de São Paulo, que não entende de finanças públicas como eu, Dr. Sidney, que sou advogado, ou como você, que precisa também ter essa condição até para contrapor isso de forma muito transparente?

Aqui todo mundo tem o direito de apresentar as coisas, mas também existe sempre o direito do contraditório. E o direito contraditório é apresentarmos o que realmente existe nas contas públicas e qual é o valor das nossas despesas, das receitas e aquilo que sobra para fazer os investimentos.

Peço desculpas por ter me alongado um pouco, Presidente, mas é uma questão que todo dia fico bastante preocupado, porque parece que existe um número que a Prefeitura apresenta e outros números que são apresentados aqui na Câmara, o que gera uma expectativa muitas vezes irreal na população.

Quero que a população saiba efetivamente o que temos para gastar. É como a economia doméstica. Gostaria de dar muito mais aos meus filhos do que aquilo que eu posso dar. Mas eu sou muito transparente, mostro a eles que tenho que pagar aluguel, tem condomínio, tem carro, tem escola, tem um monte de coisa que temos para depois, no final do mês, se sobrar, e quando sobra alguma coisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Dr. Sidney Cruz. Antes, quero registrar a presença em nossa reunião do sempre Líder, Vereador Alfredinho.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Eu tenho uma pergunta que vai ao encontro da indagação do nobre Vereador Fabio Riva. Mas antes, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os Vereadores componentes desta Comissão; os que nos acompanham virtualmente pelas redes sociais; as autoridades, o Sr. Secretário Guilherme Bueno; o representante do Tribunal de Contas do Município, Dr. Thulyo; presentes no auditório; e os que nos acompanham pela TV Câmara São Paulo.

Eu pergunto ao nobre Secretário: nós tivemos 17 bilhões de reais nos caixas da Prefeitura do último dia do ano. Desses 17 bilhões, quase 9 bilhões são recursos livres. Com tantas necessidades e prioridades no combate à Covid, por que esses valores não foram empenhados?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Vereador Dr. Sidney Cruz.

Eu vou pedir à assessoria, eu chamei os cinco primeiros munícipes, e se alguém se manifestou, avise-me, por favor. Eu agora vou dar sequência nas inscrições. E os Vereadores

ou Vereadoras que quiserem se manifestar, por favor, podem inserir no *chat*, eu estou conseguindo acompanhar aqui.

Agora chamo o Sr. Rodolfo Pinheiro Mota. (Pausa)

O SR. RODOLFO PINHEIRO MOTA – Como é minha primeira vez, eu estou apenas acompanhando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, Rodolfo. Seguindo, Antonio Francisco Pereira. Três minutos, por favor.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Obrigado, Presidente Jair. Bom dia a todas, bom dia a todos, senhores, senhoras. Acho que é importante essa ligação, essa abertura da Câmara Municipal de São Paulo, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras para com o município, apesar dessa prestação de contas, mesmo presencial, ela já é difícil, *on-line* fica mais difícil ainda.

Mas percebi, Vereador, numa das partes que eu peguei, que falavam de reforma de UBSs, e ela fica muito genérica, fica uma grande dificuldade entender – como foi falado na fala do nobre Vereador – e nunca trabalha com total transparência das reformas de UBS.

- Gravação com interferência externa.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – E nós, inclusive, que moramos em Parelheiros, estamos com um problema seríssimo dentro da UBS de Parelheiros, uma UBS que hoje tem três serviços no prédio: a Estratégia Saúde da Família; um AE, um Ambulatório de Especialidades, que não atende quase ninguém; e o AMA. E nós estamos há nove anos batalhando para que seja modificado, para que seja arrumado outro espaço para que os trabalhadores tenham mais condições de trabalhar, assim como nós, enquanto município e usuário do sistema, queremos um melhor atendimento. E até hoje tanto a Associação Saúde da Família, que é a OS que está na gestão da região, assim como a Secretaria Municipal da Saúde não tem nos dado resposta de acordo com as nossas necessidades. Então, são mais de nove anos, na verdade, que estamos nessa luta, sem falar da nossa UPA, que até hoje não saiu. A previsão é que saia até maio, mas nós não temos a garantia diante de todo dinheiro

que foi pego do BID, mais de cem milhões, e não temos outra em Parelheiros. E também agora piorou, cada vez mais, para nós com o fechamento dos PS dos hospitais estaduais, tanto do Grajaú, que é o mais próximo, assim como o da Pedreira. Vou me referir só a esses dois porque são os mais próximos daqui.

Então, acho que é preciso que os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, inclusive da Comissão de Saúde da Câmara, revejam, por favor, toda essa problemática. E aí eu peço muita atenção voltada para Parelheiros porque é uma região, nós chegamos aí aos 300 mil habitantes e a nossa Saúde está muito complicada, sem esquecer do Hospital de Parelheiros, um hospital... (Falha na transmissão.) ...pela nossa gestão, a gestão do PT, e hoje está lá praticamente sem atendimento. Apesar que hoje temos 219 leitos exclusivo para Covid-19, com mais 59 para outros atendimentos, mas não tem uma especialidade.

Mas o nosso projeto, Jair, como você sabe, você acompanhou de perto, o Ênio e também o Arselino, e outros Vereadores, principalmente do PT, acompanharam de perto essa luta nossa, uma luta de mais de 40 anos, tivemos a sorte de pegarmos a Dilma na Presidência da República para liberar todo dinheiro para que fosse feito esse hospital em Parelheiros, e o Haddad, enquanto Prefeito de São Paulo, a gente também agradece, e os Vereadores e Vereadoras que ajudaram nesse processo.

Quero também deixar aqui informado e convidar aqueles e aquelas que quiserem participar com a gente, o Movimento Popular de Saúde Parelheiros e Marsilac, convida, desde agora, para participarem e estarem presentes em um ato que faremos no dia 20 de março. Ponto de encontro, ou seja, a concentração será no Jardim dos Alamos a partir da 9h da manhã. Faremos uma caminhada com ponto de parada no centro de Parelheiros, continuaremos a nossa caminhada até o hospital, aonde daremos um abraço, e vamos fazer as nossas reivindicações para que tenhamos o nosso hospital de acordo com a nossa proposta que é (ininteligível) e com todas as especialidades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. ANTONIO FRANCISCO PEREIRA – Vou concluir, Jair.

Quero também deixar registrado que nós já encaminhamos vários documentos em à rampa no Hospital de Parelheiros, trazendo grande dificuldade para todo munícipe chegar no pronto-atendimento tanto de adulto como de pediatria. E dizer mais, para fechar: o portão de entrada que nós estamos reivindicando, e aí o Arselino inclusive já tem documento em relação a isso; que seja aberto o portão nº 1 do Hospital Municipal de Parelheiros Josanias Castanha Braga.

Obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Antonio.

Muito bem. Eu vejo a Vereadora Erika Hilton solicitando por *e-mail* a exposição e eu vou pedir, baseado até nessa dificuldade de participação, por esse modelo de audiência que a Comissão disponibilize – pode ser, Vereadora Erika -, para a liderança do PSol. Enfim, essa exposição será disponibilizada para todas as bancadas.

O SR. MÁRIO – Jair, nós vamos colocar na pasta J, uma pasta interna da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então todos os Vereadores e bancadas terão acesso.

Muito bem. Sara Aparecida da Silva. (Pausa) Seguindo, Renato Manoel de Souza. Diga, Renato. Tem três minutos, Renato.

O SR. RENATO MANOEL DE SOUZA – Bom dia a todos, vereadores, vereadoras, munícipes que estão acompanhando esta audiência pública das Finanças.

Eu sou Renato, sou da área da capoeira, faço parte do Fórum Municipal de Capoeira, também estou representando movimentos populares e venho aqui solicitar a implementação da subcomissão da cultura.

A área da cultura é uma das mais afetadas neste momento de pandemia. Nossos trabalhos já estão paralisados há um tempo e uma grande parte não está tendo auxílio nenhum, então fica aqui nossa reivindicação para a subcomissão da cultura.

Também tem a PL 343, que é o auxílio emergencial também para a área da cultura. Essa PL foi aplicada e acho que é de extrema importância. A gente está acompanhando o

Orçamento da Cidade, então ter orçamento, sim, para a gente investir na cultura e nos trabalhadores da cultura que estão passando momentos de muita dificuldade, muita dificuldade mesmo. Então é extremamente importante haver a subcomissão e a PL 343.

Fica a nossa solicitação em nome do movimento da cultura. É isso. Gratidão a todos. “Tamo junto”. Obrigado por esta audiência pública das finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Renato.

Marileide Souza Silva Luna. (Pausa) Eu estou dando em torno de 10 a 15 segundos. (Pausa) Muito bem. Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Bom dia a todo mundo.

Novo Secretário, novo discurso, mas velhas atitudes. E ele é da área de *compliance*, um diferencial dele é que ele não é do Banco Itaú, já é interessante, e ele tem uma participação no Estado há um bom tempo. Mas eu quero reforçar que, na fala dele, ele já explica uma coisa para nós.

O Município de São Paulo fez uma estratégia para reduzir os valores por causa da covid-19 no começo do semestre. Aí no segundo semestre tudo foi diferente, mas se manteve a estratégia, então teve uma economia financeira.

Aí eu queria perguntar quanto foi o dinheiro de... Eles falam muito da Assistência Social, mas se isso... Por que tem uma política de parar a distribuição dos valores da alimentação para a população em situação de rua até março? Por que não se estende, sendo que a covid está aí e vai ter que ter *lockdown* na cidade de São Paulo logo, logo. Por que não foi efetivada a política na Assistência Social para pessoas em situação de rua nos hotéis? Até agora não se fez nada. Faz dez coisas e fala que fez cinquenta, e é “caô”.

Na área da cultura, no ano passado se gastou o maior orçamento, 427 milhões de reais, só que toda a área da cultura ficou em 70 milhões de reais, que é dinheiro federal, e aí teve atraso com o dinheiro federal, um dinheiro que entrou de outro cofre, entrou no cofre da Prefeitura e aí as pessoas pagaram a Aldir Blanc atrasado. Isso é inadequado.

Também queria saber qual o impacto das finanças no Orçamento da cidade de São

Paulo, sendo que privatizaram os cemitérios e virou um bom negócio. Não podemos esquecer que as pessoas mais ricas do País, no ano passado, eram da área da saúde. Alguém arrecadou muito dinheiro, e a Cidade eu quero saber como que... Porque a gente ouviu que é gasto, a área da saúde. Não, é investimento, a saúde da Cidade, é investimento nas pessoas.

Aí o outro Vereador trouxe uma situação, se vai ter crise etc. Vai ter crise porque não vai ter arrecadação, por causa da privatização. Olha como é ruim privatizar, porque precisa de recursos. Eu acho zoadado, mas a gente tinha a parada lá dos estacionamentos que foi privatizada. Essa receita já não entra no cofre público. E o mais engraçado é que, se privatiza as coisas, mas mesmo assim a Cidade continua pagando para essas empresas.

Precisamos repensar nisso.

Eu quero solicita a subcomissão de cultura, porque é extremamente importante, porque a área da cultura é mais afetada e até agora não tem planejamento para a área da cultura. Outra coisa que eu queria: como ele é das finanças, da área do *compliance* etc., que sejam executadas as rubricas que foram conquistadas no Orçamento da Cidade, porque todo debate custa um dinheiro violento. Este debate hoje tem um custo violento para a Cidade, só que quando não é executado esse debate, com esse dinheiro que foi gasto, a Cidade está gastando dinheiro também.

Para terminar, na lei de transparência, nós estamos fazendo na LRF hoje, só que a cidade de São Paulo, que foi referência para a implementação da transparência no País, a cidade de São Paulo não é tão transparente com os seus cidadãos. Ela precisa ser transparente. Não é só a LRF, precisa ser mais claro, dados abertos, etc.

Gratidão.

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero comunicar que estamos no limite de tempo (Ininteligível) estou, de ofício, cancelando a reunião ordinária desta Comissão, temos apenas um projeto que, por coincidência, é deste Presidente. Então, eu também declino de voto e discuto meu projeto. Então está cancelada a reunião ordinária, desta quarta-feira, para

seguirmos aqui na nossa audiência pública.

Nós temos a última inscrição da Sra. Isabel Santos. Se alguém foi chamado, por acaso estiver na sala e tiver disponibilidade, nós vamos permitir que fale, devido à dificuldade.

A Sra. Isabel entrou?

A SRA. ISABEL SANTOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Tem a palavra.

A SRA. ISABEL SANTOS - Bom dia a todos, bom dia Presidente. Obrigada pela oportunidade. Obrigada Sr. Secretário, espero que a gente consiga ter as respostas que vimos buscar.

Sou paulistana, gestora cultural, coordenadora do Fórum Forró de Raiz, e participante do Coletivo de Movimentos Culturais, da cidade de São Paulo, que vem trabalhando junto para a busca de soluções para as demandas da cultura.

Em primeira mão, gostaria também de solicitar que, neste ano, tenhamos a subcomissão de cultura.

Agora, as perguntas: é bastante curioso esse aumento de restos a pagar, de forma tão abrupta, sendo que... Então gostaríamos de saber qual é o percentual da cultura em relação a esse montante total. Por que isso se deu? Como que isso não pode ser resolvido a tempo?

Porque como estamos num momento de calamidade pública, falando do setor da cultura, especificamente, muitas pessoas estavam contando com o dinheiro dos projetos que foram selecionados. Seja nos editais de fomento, seja nos projetos de emendas, enfim, muita gente teve seus contratos assinados e estão levando mais de dois, três meses para receber.

Considerando que nós tínhamos um problema bastante sério com a cultura, do ponto de vista de arrecadação desses trabalhadores que estão impedidos de trabalhar até hoje, por que não se deu uma solução para melhorar o prazo de pagamento?

Outra situação é o congelamento das leis de fomento. Vou dar um exemplo do fomento ao forró, que a Câmara aprovou 3,8 milhões, o edital está sendo aberto com 650 mil

reais. Estou falando de um congelamento de praticamente toda a verba que foi destinada a essa lei de fomento. Além das outras leis de fomento que também tiveram seus congelamentos. Gostaria de obter essa resposta do Secretário de Finanças.

Como o meu tempo já está curto, vou parando por aqui, apesar de ter outras demandas para serem questionadas. Mas, enfim, é isso.

Agradeço a oportunidade, aguardo a posição do Secretário.

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – (Ininteligível)

A SRA. MÁRCIA – Está saindo bem entrecortada a sua fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. Vocês estão me ouvindo bem?

A SRA. MÁRCIA – Agora melhorou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que eu queria registrar que há várias perguntas no *chat*. Perguntam se é possível encaminhar ao Secretário. Acho que não há dificuldade, Márcia e Mário, *a posteriori*?

A SRA. MÁRCIA – Sim, a gente pode selecionar as perguntas aqui no *chat* e enviar para o gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – *Ok, ok*. Isso é importante porque talvez eles tenham dificuldade de entrar em áudio, para falar, mas estão conseguindo pelo *chat*. Seria muito importante isso.

Queria perguntar se há algum Vereador ou Vereadora que queiram se manifestar.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Sr. Presidente, pela ordem. Vereador Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dr. Sidney Cruz, pois não.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Se o senhor me permitir, eu gostaria de fazer mais uma pergunta e as demais indagações encaminharei, por escrito, ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Eu queria, considerando que ninguém se inscreveu e eu também... Secretário está ouvindo?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sim, Sr. Presidente. Estou ouvindo e

anotando os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu também estou voltando a esta Comissão, depois de dois anos. Eu fiquei todo o primeiro mandato, dois anos no segundo mandato, presidindo esta Comissão.

Eu queria fazer rápidas indagações e começar a dizer que a saúde financeira do Município está muito boa, Secretário. Dou um relato aqui que nós tivemos a oportunidade de recursos livres em torno de 5 bilhões de reais, foi colocado aqui.

Vereador que quiser fazer um debate saudável com o Líder do Governo, obviamente quando a gente coloca que tinha 11 bilhões em caixa, sim. Vamos considerar que houve liquidações. Eu não consegui do Secretário uma informação daquilo que fechou em dezembro, eu vi em torno de cinco bilhões de restos a pagar.

Mas nós temos aqui no Portal da Transparência em torno de cinco bilhões de recursos livres, ou seja, governo que não gasta é governo que não tem uma gestão eficiente.

Quero lembrar que hoje o líder do Governo está aí e consta na pauta que nós vamos votar o projeto da renda emergencial. Cabe dizer que há recurso suficiente para que possamos ampliar muito além daquilo que veio do Executivo. Nós tivemos crescimento na arrecadação. É claro que foi um pouco menor do que nos outros anos. Eu me lembro de que os tributos municipais, quando falamos em ISS, ITBI e IPTU, chegavam, na época, a 10%, na média, um pelo outro. Ou seja, o paulistano faz a sua parte.

O que pode cair são recursos federais. Neste ano, houve um aporte, por conta da pandemia, na arrecadação, obviamente. Nós vamos considerar, sim, que houve uma suspensão do pagamento da dívida – dívida da qual, no governo do Haddad, houve uma extraordinária renegociação. A capacidade, até, de endividamento da Prefeitura, na época, foi elevada a 130% do valor das receitas líquidas correntes. Enfim, foi feito um grande trabalho.

Então, do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu elogio todos os governos que vêm, sejam eles de qualquer partido. Consta-me que a nossa folha de pagamento não chega a 40%. Obviamente, há as terceirizadas. Há um debate, aí, se se

contabilizam ou não, mas, enfim, eu diria que a cidade de São Paulo é um dos municípios mais responsáveis do País, com relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, aqui constam – e eu gostaria que o Secretário dissesse se tivemos ou não – praticamente cinco bilhões de reais, de recursos livres, para investimento. Isso foi doloroso, Secretário, porque eu acompanhei, na Comissão de Educação, que o cartão da merenda escolar começou, no início da pandemia, baseado no Cadastro Único Federal, ou seja, no Bolsa Família, distribuindo apenas para as crianças cujos pais lá estavam cadastrados. Foi um ritmo lento. Quero dizer, mais uma vez, que foram mais de seis meses de sofrimento para as famílias.

Então, eu quero fazer, um pouco, esse questionamento. Vejo, aqui, na sala, a sempre Vereadora Soninha Francine, que muito nos acompanhou, na época. O que é que justifica tanto sofrimento para a população e um valor exorbitante, de quase cinco bilhões de reais, em recursos livres, que não foram empenhados? Eu não estou falando daquilo que constava em 31 de dezembro em caixa, mas que tinha valores empenhados que vão sendo, aí, liquidados. Contudo, aqui, está muito claro, na Transparência, que cinco bilhões de reais não foram alocados. Não foram investidos.

Acho que é um grande desafio. Acho que a Câmara, hoje à tarde, começa, minimamente, sem contar todos os recursos que já entraram... Sabemos que o primeiro semestre é uma curva que sobe, em que entra o pagamento do IPTU, especialmente, que é no mês de fevereiro. Depois, é claro que ela começa a descer, porque, evidentemente, a arrecadação não tem esse ritmo.

Então, a minha pergunta do dia e desta audiência é esta: por que guardar cinco bilhões de reais, com a população e a cidade de São Paulo em situação de fome? Eu vejo que ninguém mais se manifestou, nenhum Vereador, nenhuma Vereadora. Dos munícipes que foram chamados, nenhum se manifestou. É isso? Mário? Márcia? Então, eu...

A SRA. MÁRCIA – Não, Sr. Presidente, não entrou mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não é? Então, vamos lá.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem está falando?

O SR. MÁRIO – A Rita quer participar, mas não está conseguindo falar.

A SRA. RITA TELES – Meu nome é Rita, mas eu não estou conseguindo participar via *chat*. Está inabilitado. Eu poderia...

O SR. RODRIGO – Eu pedi a fala, também. Sou Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Esperem, aí. Então, vamos lá. Está dentro daquela ordem em que eu havia chamado?

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. MÁRIO – Não estava entrando no *chat*. Há um problema no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Olha, eu vou fazer o seguinte. Eu vou abrir, então, como exceção, pois não constava aqui. Então, são a Sra. Rita, por três minutos, e o Sr. Rodrigo. Pode ser? Aí, eu passo imediatamente para as considerações finais do Secretário e do nosso querido representante do Tribunal de Contas.

Sra. Rita, por gentileza, tem três minutos.

A SRA. RITA TELES – Bom dia a todas as pessoas. Eu agradeço pela exceção. Eu não consegui me inscrever via *chat*, não sei por quê. Talvez seja o aplicativo no celular. Quero cumprimentar todos os servidores que estão aqui e os munícipes que estão acompanhando. Faço coro aos colegas da Cultura que me antecederam.

Eu sou Rita Teles. Eu sou atriz e produtora cultural na cidade de São Paulo. Faço parte de diversos movimentos culturais, tanto no Estado quanto no Município. Gostaria de chamar a atenção de todos os presentes e dos que assistirão *a posteriori* para a sensibilidade com o PL 343. Nós estamos diante de um cenário em que diversos artistas tiveram de rifar ou vender os seus instrumentos. Muitos não tiveram acesso aos recursos da Lei Aldir Blanc. Então, nós precisamos da sensibilidade dos senhores que estão no Legislativo, para que revejam e tragam como pauta o PL 343.

Além disso, como já foi mencionado por colegas anteriormente, o Município de São

Paulo teve recurso de mais de 70 milhões que chegaram do governo federal e esse recurso ficou, com certeza, aplicado de meados de outubro e novembro até dezembro, pelo menos, ou janeiro. O que acontece com o rendimento desse recurso? Isso me chama a atenção, porque cada centavo é precioso para a Cultura. Às vezes, um edital de cinco mil faz toda a diferença na vida dessas pessoas, por exemplo, que tiveram de vender os seus instrumentos. Então, eu quero chamar a atenção para isso.

Chama-me a atenção, também, um detalhe que um colega trouxe anteriormente, falando da situação de Parelheiros. São nove anos. Detalhe, não: é tão relevante o ponto, falando da Saúde! Por que são nove anos? Com certeza, a Subprefeitura de Pinheiros não passa por isso, por que Parelheiros tem que passar? E também a situação relatada aqui pelo colega Rapper Pirata do tratamento da política direcionada às pessoas em situação de rua. Precisamos de uma atenção extrema para esse ponto.

Por fim, a importância da Subcomissão de pessoas da Cultura que tem a condição, que acha que é relevante essa representação, esse acompanhamento de perto do orçamento e das práticas do Executivo, com o orçamento da Cultura na cidade. Precisamos do olhar dos senhores para isso, porque não podemos ficar a esmo. A Cultura vai demorar para retomar suas atividades e nós precisamos da sensibilidade dos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rita. Com a palavra o Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO - Bom dia a todos. Muito obrigado pelo espaço da fala. Em primeiro, é fazer coro a todos os pedidos do pessoal da Cultura. Trabalho há mais de 20 anos na produção cultural. Eu gostaria de dar um coro para a continuidade da Subcomissão de Cultura que é um dos trabalhos mais bonitos e democráticos que eu vi acontecer nesta cidade, nesses 40 anos que eu vivo aqui, e o PL 343, porque, sim, continuamos sem trabalho, em situação de emergência. A Cultura passa perrengue e as pessoas hoje vivem de *lives* feitas pelos artistas. Eu mesmo com 90% das minhas *lives* sendo feitas gratuitamente para manter a

continuidade da minha companhia viva e os munícipes recebendo cultura em casa. Por isso precisamos do PL 343.

Minha próxima fala é sobre a postura do Executivo, porque acho que temos que pensar em medidas mais legais para poder se precaver do que eles fazem. No final do ano passado, o Secretário de Finanças deu a palavra ao Vereador Donato, em audiência pública, de que não congelaria todo o trabalho que os Vereadores teriam junto com a Subcomissão de Cultura para aprovação do orçamento das Leis de Fomento, em especial. E o Vereador Alfredinho, que hoje está nesta audiência, fez um grande trabalho passando grande parte da emenda que ele poderia passar para a Lei de Fomento ao Forró, para que ela tivesse uma verba digna para ser executada e, quando começa o ano, se congela 3,2 milhões de uma lei de 3,8 milhões. Precisamos que esta Casa crie uma lei que, se não proíba, no mínimo – e me coloco à disposição para ajudar na criação dessa lei -, coloque teto para o congelamento de qualquer orçamento. Porque acho ridículo a gente ter um trabalho de mais de um ano e depois acontecer isso em um risco de caneta. A Secretaria de Cultura se diz atada, porque é a Secretaria de Finanças que faz esse congelamento, e só ela pode descongelar. Um joga para o outro e nada sai do lugar.

E fazendo coro também - acho que um Vereador disse aqui -, desde o ano passado os números mostrados pela Comissão Técnica da Câmara sobre as finanças de São Paulo são muito diferentes do que traz a Secretaria de Contas. Então gostaria de saber como podemos chegar a um consenso, porque um diz que a gente tem, outro diz que não; uns falam um valor, outros falam outro e nós, munícipes, ficamos no meio do caminho sem saber em quem acreditar.

Muito obrigado pelo espaço. Boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra o Vereador Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Sr. Presidente, quero fazer um requerimento para que minhas indagações sejam encaminhadas, via comissão, ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Positivo, Vereador. Como não fizemos hoje, até estabelecemos, a título de informação, que os requerimentos devem ser apresentados às terças-feiras, até as 16h00, ok? Aí já entra na pauta da próxima reunião ordinária, que será na quarta-feira seguinte, às 11h30, pode ser?

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Perfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Nós vamos agora ouvir as considerações, começo com o Dr. Thulyo, do Tribunal de Contas, obviamente. Acho que não houve pergunta direcionada, mas tem direito às considerações finais. Em seguida, passaremos ao Secretário. Dr. Thulyo.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES - Sr. Presidente, como não houve nenhum questionamento ao Tribunal de Contas, não tenho mais nenhuma consideração a fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Então passo ao Secretário, para que possa responder as perguntas colocadas pelos Vereadores, pelos munícipes e também para suas considerações finais. Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMPOS - Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço os questionamentos dos Srs. Vereadores, dos Srs. Munícipes, os comentários do Dr. Thulyo, do Tribunal de Contas, e também pela oportunidade em poder fazer alguns esclarecimentos, que realmente são muito importantes.

Foram várias perguntas, eu vou tentar respondê-las. Provavelmente à medida que eu for falando vou respondendo a várias questões que foram feitas, algumas foram repetidas, enfim. Mas, de qualquer forma, reforço que estaremos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Respondendo não só às colocações do Dr. Thulyo, mas algumas questões feitas pelos Vereadores Fabio Riva, Sidney Cruz e também pelo Sr. Presidente, gostaria de fazer um cenário, muito breve, do que aconteceu, mais uma vez, e quais são as perspectivas que Município tem.

A primeira questão, e que fique claro a todos que fizeram esse questionamento, não há divergências de informações. As informações prestadas pela Prefeitura não só têm um padrão de transparência, de rigidez, de fidedignidade das melhores dos Países. O que há é a forma como algumas pessoas interpretam as informações, cada um interpreta da forma que julga mais conveniente ou o entendimento que ela tem. Então não há divergências, não existem divergências de informação, ao contrário, existem interpretações com os dados que estão aí. Eu, obviamente vou dar aqui a interpretação da Prefeitura, do Poder Executivo e do Secretário de Finanças, que tem de zelar pela segurança financeira da Cidade, não hoje, mas para os próximos anos, para que o próximo Prefeito pegue uma Cidade saudável, com finanças saudáveis, equilibradas, sustentáveis. Então, a colocação do Dr. Thulyo é muito pertinente porque, na verdade, a situação, o retrato hoje é positivo; mas as perspectivas para longo prazo são incertas. Temos muitas incertezas.

A primeira coisa é que nós continuamos em pandemia. Nós não sabemos ainda quais são os efeitos dessa segunda onda ou da terceira onda. Não sabemos quando vamos conseguir vacinar a população, se a vacina de fato será a solução para a retomada total da economia, ou se vamos ter outros agravamentos, acirramentos dessa crise e qual será o efeito disso na economia, no emprego. Não temos essas respostas. Para o ano de 2021, temos algumas certezas. As pressões orçamentárias serão enormes. Como pressões orçamentárias, estou considerando aquelas despesas que não estão no Orçamento, mas que terão que ser pagas.

Dou um exemplo, que é bastante conhecido e óbvio: a saúde. Teremos pressões enormes da saúde. O Orçamento da saúde, que foi aprovado por esta Câmara Municipal, não será suficiente para cobrir as despesas dessa pasta saúde neste ano de pandemia. Não só porque a Prefeitura investiu em novos equipamentos, e isso gera uma necessidade de custeio permanente, isso pressiona obviamente o Orçamento, mas porque teremos despesas extras com a Covid-19, com as repercussões dessa pandemia. Esse é um deles.

A segunda pressão é a do transporte público. Ainda não resolvemos a questão do

transporte público, ainda continuamos com um número de passageiros abaixo do normal por conta da pandemia, com a frota circulando em número maior do que a demanda de passageiros existente. Isso, obviamente, quem vai pagar é a Prefeitura de São Paulo, portanto a sociedade. Essa pressão também não está no Orçamento, no seu valor integral. O subsídio que a Prefeitura terá que aportar no transporte municipal, obviamente estamos trabalhando duramente para que ele seja o menor possível, mas ele certamente será maior do que o que está no Orçamento.

Assim, teremos muitas outras pressões. Por exemplo, o próprio projeto de lei que o Prefeito acabou de encaminhar à Câmara Municipal, do auxílio emergencial: esse valor não estava no Orçamento, é um recurso que terá que vir desse *superavit* que foi alcançado. E outros virão: teremos que postergar o pagamento do Cartão Merenda, que consumiu, ano passado, 200 milhões de reais, e esse ano deverá consumir um pouco mais que isso se a situação se perpetuar; e assim por diante.

As pressões orçamentárias serão enormes neste ano, e não temos a segurança de que teremos um quadro macroeconômico razoável. Mais do que isso: o Governo Federal está passando também por uma crise fiscal gravíssima. Se, por conta desse problema fiscal que o Governo está passando, tivermos uma queda nas expectativas dos agentes econômicos, nós provavelmente teremos ainda mais decréscimo da atividade econômica.

Então, são cenários que ainda nós não conseguimos desenhar e que, certamente, consumirão – isso já é certo – parcela representativa, se não integral, desse recurso que foi gerado, desse caixa que foi gerado no ano passado.

Essa é a primeira questão. É importante que os senhores tenham consciência disso. Esse caixa é uma ilusão. Achar que esse caixa pode ser consumido com qualquer política pública irá nos causar problema depois, porque esse caixa será consumido com despesas necessárias e indispensáveis durante este ano de 2021, volto a dizer: com saúde, com educação, com transporte, com a assistência social e com as decorrências dessa pandemia. Basicamente é isso.

Outra questão importante a ser abordada, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Munícipes, é que esse caixa - que vai sendo colocado como se a Prefeitura não soubesse ou não quisesse gastar o dinheiro público – foi gerado com rendimentos extraordinários, que não voltarão a acontecer em 2021. Tivemos 4,6 bilhões, quase 4,7 bilhões que entraram na conta da Prefeitura em 2020, ou seja, praticamente o *superavit* que nós tivemos. Foram recursos que não estavam previstos, mas que entravam no caixa da Prefeitura em 2020 e causaram esse *superavit*. É importante dizer: não fossem esses recursos que entraram – seja do Governo Federal, seja da venda da conta corrente, dos pagamentos dos salários dos servidores, seja por conta das outorgas das desestatizações, especialmente a da Zona Azul -, teríamos fechado o ano com *deficit*. Então, essa é a diferença entre a responsabilidade fiscal, de entender o contexto não só da fotografia de hoje, mas o contexto pelo menos do médio prazo. Esse recurso ficou no caixa da Prefeitura porque tivemos recursos extraordinários, que não voltarão a acontecer em 2021. Primeira coisa.

Segunda coisa: por que aconteceu isso, e esse dinheiro acabou ficando sem empenho? É importante dizer o seguinte: estamos no dia 24 de fevereiro, e quando olhamos para trás fica fácil entender tudo. Agora, queria que V.Exas. entendessem que nos meses de abril e maio do ano passado esse não era o cenário. Vivíamos um cenário de absoluta incerteza, de absoluta falta de informação. Tivemos queda brutal de arrecadação durante esses primeiros meses da pandemia, queda brutal de arrecadação. Nosso IPTU, por exemplo, teve um aumento drástico de inadimplência, que, historicamente, não ocorreu em nenhum outro momento na Prefeitura – pelo menos nas últimas décadas em que há essa informação.

Naquele momento, com todas as atividades econômicas fechadas e com o desemprego... Mensalmente, tivemos perda de emprego na cidade de São Paulo, tenho aqui os dados, quero ver se consiga passar a vocês. No mês de abril ou maio, tivemos menos cem mil empregos na cidade de São Paulo. Então, a situação é caótica, a situação é drástica. Por isso, a revisão das metas feita pela Prefeitura, para tentar adequar as metas a uma situação que se vislumbrava. Naquele momento, era isso o que se vislumbrava. Quando nós revisamos

as metas, a gente estava vendo que o cenário era aquele. Não sabíamos primeiro que a economia ia recuperar numa velocidade tão rápida, inclusive muito mais rápida do que a velocidade da economia brasileira.

Dois, não sabíamos, não tínhamos nem ideia de que iríamos receber os recursos do Governo Federal. Também ainda não tínhamos fechado o contrato com o Banco do Brasil, no qual recebemos 930 milhões de reais, e assim por diante.

Então, naquele momento, aquele era o cenário, aquela era a nossa expectativa. A gente provavelmente teria *deficit*. Agora obviamente depois que a economia voltou a funcionar, as coisas tiveram uma recuperação realmente surpreendente, o que é bom. Temos que agradecer a forma como a capital retomou as atividades. Foi eficaz e, com isso, a gente teve uma retomada não só da arrecadação, como também da atividade econômica e do emprego, e chegamos a essa situação favorável.

Agora, gastar dinheiro não é simplesmente pegar os recursos que estão no Tesouro e sair empenhando. Investimentos são coisas maturadas com muito tempo. Às vezes, um projeto demora um ou dois anos para se maturar, para começar a ganhar tração e para começar a ver empenho. Em qualquer despesa que nós vamos fazer, nós temos que fazer licitação. Temos que fazer projeto. Então, não é porque está com o dinheiro lá. No segundo semestre, acabou-se formado esse *superavit*. Poderiam falar: "Então, está. Agora então vamos sair gastando dinheiro, vamos fazer licitação para tudo". Até porque, volto a dizer: "Se não fossem os recursos extras, estaríamos numa situação de *deficit* e para os próximos anos, especialmente para 2021, teremos muitas pressões e provavelmente nenhum alívio extraordinário.

Então, acho que, com isso, respondi algumas questões. O caixa livre da Prefeitura - vamos aqui também fazer outro esclarecimento, Sr. Presidente - é em torno de cinco bilhões, de fato. Como eu disse a V.Exas., esse caixa livre será provavelmente consumido neste ano, com despesas extraordinárias. Já se começou a primeira, que foram 420 milhões, reservados pelo Sr. Prefeito, para mandar o projeto de lei do auxílio emergencial, mas teremos muitas

outras coisas, especialmente da Saúde.

Então, não seria responsável o Sr. Prefeito sair aqui abrindo a torneira e deixar a Cidade, daqui a quatro anos, numa situação difícil para o próximo Prefeito. Isso é responsável fiscal. Os projetos estão feitos. O Sr. Prefeito está terminando um plano de metas. Esse plano de metas obviamente vai consumir boa parte dos recursos de investimentos, e isso vai ser feito em quatro anos, não em dois meses e nem em três meses. Isso é importante.

O resto dos recursos são recursos que estão ou comprometidos com despesas que já foram compromissadas ou já foram tomadas pela Prefeitura ou são recursos vinculados, que só podem ser usados para determinadas atividades, e muitas delas têm uma execução financeira muito difícil.

Eu já falei do cartão merenda, dos 200 milhões ao Sr. Presidente. Respondi as perguntas do ilustre Vereador Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Sr. Secretário, o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy estava em outro compromisso, e está solicitando arguir. Se V.Exa. permitir, S.Exa. poderia fazer uma breve exposição? Pode ser?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Será um prazer, Sr. Presidente. Eu queria dizer que ainda não respondi as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Para que se encerre a reunião com V.Exa. mesmo, rapidamente o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy poderia fazer a pergunta. Pode estar dentro da linha de raciocínio que possa vir pela frente. Pode ser?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Sim, claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Nobre Vereador, peço que V.Exa. seja o mais rápido possível, pois se trata de uma exceção que nós estamos abrindo aqui.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sr. Presidente, agradeço muito a disposição do Sr. Secretário Guilherme Bueno, que inclusive falou da importância do auxílio emergencial no ano passado, para que a economia ainda tivesse alguma sustentação. A Sra.

Laura Carvalho, da Economia da Universidade de São Paulo, disse que se não fosse o auxílio emergencial, teríamos tido um programa muito mais sério de recessão na economia.

Nós estamos com a preocupação de estender a renda básica emergencial municipal com toda responsabilidade. A Cidade tem 130 mil famílias na fila do programa Bolsa Família, e caso o Governo Federal disponibilizasse o orçamento, estariam recebendo pelo benefício regularmente.

Dessa forma, as famílias teriam isso, portanto, na renda básica emergencial municipal. Nós apresentamos do PT emendas que gostaríamos que o Executivo Municipal avaliasse, para incorporar essas famílias, o que levaria um número de beneficiários para próximo de 1,7 milhão de pessoas, as mais necessitadas da nossa Cidade.

Então, agradeço se puder levar em conta as considerações, bem como levar em conta também que será preciso que o município possa reapresentar a proposta da Renda Básica de Cidadania Universal e Incondicional, conforme previa o PL 620/2016, enviado pelo ex-Prefeito Fernando Haddad e utilizado, no ano passado, para aprovar a renda básica emergencial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy pela tolerância.

Obrigado também pela tolerância, Sr. Secretário. Pode prosseguir.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Imagine, é uma honra responder à pergunta do ilustre Vereador, que inclusive foi meu professor queridíssimo, na Fundação Getúlio Vargas longos anos atrás.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Prazer em revê-lo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - É muita alegria, nobre Vereador, muita alegria. Foi meu professor de macroeconomia.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sim.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Nobre Vereador, eu também acho

que a renda básica e o auxílio emergencial, no caso da cidade de São Paulo, foram, realmente, alavancas importantes para a retomada da economia e essa sensibilidade o Prefeito Bruno Covas teve logo no início do ano e já me chamou, na primeira semana do novo mandato, pedindo para que eu tomasse as providências orçamentárias para que ele pudesse enviar à Câmara Municipal esse projeto de prorrogação.

Então, o Prefeito tem muita sensibilidade com esse assunto, sabe da importância, claro. Nós estamos num trabalho muito forte de assistência aos desvalidos da Cidade e, como disse o Dr. Thulyo, do Tribunal de Contas, essa pandemia vai deixar marcas muito profundas, feridas muito graves na população e na Cidade como um todo. Teremos de lidar com isso nos próximos anos. Obviamente, essa nova situação demandará recursos, demandará muito esforço da sociedade civil e, de nosso lado, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, e o senhor já reforçou, com toda a responsabilidade para que a população sofra o menos possível nesse momento difícil.

Quero agradecer de novo ao Vereador Suplicy pela sua colocação e, por favor, conte com nossa sensibilidade sempre.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Obrigado.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Eu gostaria, então, agora, Sr. Presidente, de responder algumas perguntas. Não tenho condições de responder a todas neste momento, mas para algumas questões feitas pelos nossos munícipes quero expor uns esclarecimentos, pelo que agradeço a oportunidade.

O Sr. Antônio Pereira falou sobre a saúde especificamente em Parelheiros, sobre a reforma da UBS. Confesso que não tenho essa informação especificamente sobre eventual reforma da UBS, eventuais intervenções da Prefeitura, ou mesmo da Secretaria de Saúde em Parelheiros, mas me comprometo a procurar saber junto à Secretaria da Saúde. Ainda assim quero fazer um parêntesis já que o assunto Parelheiros foi mencionado.

Na verdade, o Hospital de Parelheiros a Prefeitura contava com recursos federais para sua conclusão e esses recursos não vieram. Daí a Prefeitura de São Paulo teve de arcar

praticamente com a integralidade do investimento no hospital que, aliás, já está funcionando.

Mas, enfim, vou entrar em contato com a Secretaria para verificar se há previsão para essas intervenções da Saúde na área de Parelheiros.

Já o Sr. Renato Manoel de Souza também falou sobre políticas de Saúde e, embora eu não tenha o detalhamento delas, quero fazer alguns esclarecimentos, não só para o Sr. Renato, mas a Sra. Isabel Santos, bem como ao rapper Pirata, pois ambos mencionaram o mesmo assunto.

Então sobre a questão da Cultura, primeira observação é que a Prefeitura recebeu do Governo Federal 70 milhões para o pagamento a título da Lei Aldir Blanc. A Prefeitura de São Paulo é a única até o momento que já executou a quase totalidade desses valores. Nós já executamos 98% desses valores.

E a segunda observação importante é que a Prefeitura entrou, além dos 70 milhões, com recursos próprios da ordem de 20 milhões. Nós, de São Paulo, a Prefeitura da Capital investiu 90 milhões nesse programa, sendo que 70 vieram do Governo Federal. E fizemos ainda todos os pagamentos. Eu diria que fomos o ente federativo mais rápido de todos. Claro que tivemos problemas, porque alguns dados de conta bancária, ou de CPF, enfim, dados cadastrais de alguns beneficiários, não bateram, quando chegou o pagamento, para a transferência bancária. No caso, foi o Banco do Brasil.

Daí que o Banco do Brasil teve de devolver alguns valores e nós, junto com o banco e com a Secretaria da Cultura, fizemos todos os esforços, rapidamente, para limpar os cadastros, corrigir as informações e, hoje, esses pagamentos estão sendo feitos. Atualmente temos, praticamente, um pequeníssimo resíduo para acertar.

Portanto, ao contrário do que foi dito por um dos munícipes, a Prefeitura de São Paulo foi quem fez, entre todos os entes da Federação, do Brasil, foi quem fez a execução mais rápida de todos esses recursos. Podem conferir. Estamos hoje com 98% de resultado.

E, voltando para as perguntas do rapper Pirata, ele perguntou qual foi o orçamento da Assistência Social no ano passado. Procurando aqui nos meus alfarrábios, peço um minuto,

já respondo quanto foi. (Pausa)

Em 2019, na Assistência Social, a Prefeitura gastou 1,216 bilhões. Em 2020, e aí já boa parte por conta da pandemia, o gasto total da Assistência Social foi de 1,771 bilhões. Acho que respondo, assim, a primeira pergunta do rapper Pirata.

Quanto à alimentação para os cidadãos em situação de rua, continuamos oferecendo essa alimentação. Não houve solução de continuidade, então, não sei que informação ele recebeu, mas isso continua sendo feito, inclusive, no mesmo volume que estava sendo realizado à época do pico da pandemia.

Respondendo ainda para o rapper Pirata, já falei sobre a Lei Aldir Blanc. E, sobre os cemitérios, eles ainda não foram privatizados. Há um projeto de concessão do Serviço Funerário como um todo, mas ele não foi privatizado ainda, ou seja, continua sob a gestão da Prefeitura. Portanto, essa também não é uma informação correta que deram a ele.

No caso da Zona Azul, o rapper Pirata faz uma crítica, mas quero dizer só o seguinte: quando modelaram o projeto da concessão obviamente não se aceitaria que a Prefeitura tivesse prejuízo com isso, mas, ao contrário. A concessão da Zona Azul, fora a outorga que já recebemos, receberão ainda valores, outras outorgas variáveis, durante todo o contrato, o que dará um ganho para a Prefeitura. Nós já estamos descontando o que a Prefeitura arrecadava com os cartões e a diferença que a concessionária vai pagar um valor da ordem de 1,5 bilhão de reais, 1,5 bilhão de reais a mais, fora a quantidade de multas, porque as multas continuam da Prefeitura. Como nós, provavelmente, teremos um cumprimento maior das obrigações, os contribuintes, os usuários certamente utilizarão mais, nós teremos inclusive um aumento da arrecadação com as multas. Ainda não aumentamos, mas certamente ocorrerá.

Então, também não é verdade, Rapper Pirata, que a Prefeitura deixou de arrecadar. Pelo contrário, ela está arrecadando mais com a concessão da Zona Azul do que ela arrecadava antes de conceder o serviço à concessionária.

Em relação à pergunta da Isabel Santos sobre o percentual de restos a pagar à

Cultura, na verdade, desses cinco bilhões, aproximadamente 104 são da Cultura e, desses valores, 68,3 já foram liquidados; ainda teremos mais, porque nós ampliamos o prazo de liquidação desses restos a pagar. Estava previsto para terminar na sexta-feira, mas a Secretaria da Fazenda, sensibilizada com as dificuldades de liquidação desses valores, está prorrogando esse prazo para até o final do mês que vem.

Este, então, é o caso da Cultura, que a Isabel perguntou: 68 milhões, dos 104 milhões já foram liquidados.

Em relação a congelamentos, neste ano, é bom que os senhores tenham ciência de que ocorreu o menor congelamento da história da Prefeitura. Nós praticamente não congelamos recursos de custeio. O que nós congelamos, basicamente, foram duas coisas. Os valores de investimentos, nós estamos aguardando a definição do Plano de Metas, pois não tem sentido agora nós começarmos a fazer um investimento que não esteja no Plano de Metas. Como está havendo, neste momento, a definição de prioridades desta gestão para, a partir daí, os recursos serem liberados para que sejam executados, não há congelamento de investimento por nós estamos querendo segurar o recurso ou por nós estamos com problema de caixa. Pelo contrário. Nós só não queremos focar em investimentos que não estejam dentro das prioridades do Governo. Isso está sendo definido agora e, assim que for definido, os recursos serão liberados para que eles sejam executados sem nenhum problema.

Foi muito pouco o que foi congelado de custeio e por uma razão simples, e isso responde à pergunta da Isabel: na verdade, a Câmara fez emendas e aumentou a previsão de receita. No momento da discussão, a Câmara estimou a receita da Prefeitura em um valor superior ao que a Secretaria da Fazenda estimava. Portanto, esses são recursos nós consideramos como incertos, porque nós não sabemos se essa previsão que a Câmara Municipal fez, um aumento de aproximadamente 500 milhões nas receitas, vai se concretizar. À medida que essa previsão se concretizar, nós vamos descongelando também, mas que quero dizer, mais uma vez, que o congelamento foi mínimo, e nós vamos deixar o Orçamento bastante fluído para que as Pastas possam executá-lo sem grandes problemas.

A pergunta da Rita sobre a Lei Aldir Blanc já foi respondida.

O Rodrigo falou sobre a Lei de Fomento à Cultura, e eu acabei de explicar que esse congelamento foi em decorrência de uma previsão de receitas que a Fazenda ainda não tem como comprovar. Por isso, nós não podemos deixar recurso livre para gastar se nós ainda não temos a contrapartida de receita. Quando nós tivermos a confirmação de que essas receitas de fato entrarão, esses recursos serão liberados.

O Rodrigo também falou de divergência de dados, e eu acabei de dizer que não há divergência de dados; os dados são sempre os mesmos. O que há é uma leitura, o como cada um lê, enxerga e interpreta as informações. A Prefeitura entende, e eu quero reforçar isso, que esse *superavit* foi artificialmente construído com recursos extraordinários que não voltarão a entrar em 2021, mas as pressões é de que nós teríamos tido *deficit* orçamentário no ano passado, volto a dizer, se não fossem esses recursos extraordinários. Esses recursos que formaram esse *superavit* provavelmente serão usados este ano para cobrir pressões orçamentárias que nós teremos em decorrência desta crise que ainda não terminou, que está muito longe de terminar.

Bom, com isso, eu acho que eu respondi à maioria das perguntas e peço desculpa se eu deixei de responder a alguma. Volto a dizer que estamos aqui à disposição. A Secretaria terá o maior prazer de apresentar esclarecimentos adicionais.

Agradeço muito aos Srs. Vereadores, ao Exmo. Presidente, Vereador Jair Tatto e aos munícipes que participaram.

É isso. Continuamos à disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Obrigado, Secretário Guilherme Bueno de Carvalho. Agradeço também ao Marcos Thulyo Tavares, que representou o TCM, e aos Vereadores e Vereadoras que participaram, assim como à assessoria técnica legislativa.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente, uma pergunta, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu peço que V.Exa. seja muito breve.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Sobre a regularização de débitos, se está previsto pela Prefeitura o envio de uma PPI para o ano de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.k. Secretário, pode ser novamente?

O SR. GUILHERME BUENO DE CARVALHO – Sim.

Vereador e Presidente, o Prefeito, também sensibilizado com a situação dos contribuintes por conta da pandemia, me pediu para iniciar estudos no sentido de um novo Programa de Parcelamento Incentivado para este ano. Estamos em estudos ainda e, no momento adequado, o Prefeito fará o anúncio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Oportuna a pergunta e oportuno o projeto.

Agradeço a todos e todas. Certamente nos veremos. Até a próxima oportunidade.

Obrigado, Secretário.

Estão encerrados os nossos trabalhos.